

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

### A visão grega de Roma: Políbio e a tradução dos conceitos romanos

Claudia Beltrão da Rosa<sup>1</sup>

**Resumo:** O conhecimento moderno da história romana foi largamente tributário do olhar que tinham escritores que, mesmo sendo em grande parte “romanizados”, eram gregos. Essa visão grega de Roma é distinta da imagem que os romanos tinham de si mesmos, o que demanda um esforço de tradução por parte do historiador. Essa situação particular que as fontes de língua grega trazem ao historiador de Roma tem, então, vantagens e desvantagens que trataremos brevemente, reduzindo nossos *exempla* a Políbio, em suas *Histórias*.

**Palavras-chaves:** Historiografia; Traduções; Políbio

**Resumé:** Notre connaissance de l’histoire romaine est largement tributaire de la vision qu’avaient des gens qui, bien qu’en grande partie « romanisés », restaient des grecs. Cette vision grecque de Rome se distingue de l’image que les romains se faisaient d’eux-mêmes ; il y a là d’indispensables précautions à prendre e des difficultés dont il faut être conscient. C’est cette situation particulière, qu’entraînet pour l’historien de Rome ses sources de langue grecque, dont je voudrais évoquer brièvement, ici les avantages et les inconvénients. Les *exempla* seront empruntés à Polybe, dans l’*Histories*.

**Mots clés:** Historiographie, Traductions, Polybe.

Cabe ao historiador percorrer a distância que o separa do seu objeto de pesquisa, reconstituir e decodificar os códigos que obscurecem a mensagem que lhe legou o passado. O historiador é constantemente confrontado com os problemas da transposição de noções e conceitos característicos da cultura que estuda para a sua própria língua e o seu próprio universo cultural. Toda língua organiza, e em parte deforma, nossa visão de mundo, e a passagem de uma língua a outra traz sempre um risco de deformação ou de incompreensão. Assim, um dos aspectos essenciais do ofício do historiador é o cuidado com a linguagem.

O historiador da antiguidade greco-romana tem por objeto de estudo um conjunto pluricultural e plurilingüístico, o que aumenta consideravelmente a dificuldade dessa transposição e, dado o fato de que a maior parte da documentação textual de suas pesquisas lhe chega através de escritos de língua grega, seus riscos aumentam em proporção notável. O historiador parte, então, de uma dupla experiência de tradução. Ele mesmo tradutor, depende dos tradutores

---

<sup>1</sup> Departamento de História/PPGH - UNIRIO. Doutora em História Antiga.

antigos. É somente à distância em relação a um objeto cuja língua não é mais a sua, que é possível reconstituir a realidade do mundo antigo, o que depende integralmente da mensagem que este mundo nos deixou. Esta mensagem põe um duplo problema, pois mesmo que tenhamos acesso ao grego e ao latim clássicos, ainda que muitas de suas palavras tenham sobrevivido – com sentido alterado – na nossa língua, ambas são “línguas mortas”.

O mundo greco-romano é um mundo bilíngüe em vários sentidos. Uma fronteira lingüística, que podemos delimitar *grosso modo*, nos Bálcãs, o separa em duas metades, uma superficialmente romanizada e outra superficialmente helenizada, mas também vemos claramente uma fronteira social. A aristocracia romana utilizava largamente a língua grega e a cultura grega estava bem difundida nos círculos aristocráticos nos últimos séculos da República. O bilingüismo da elite romana é uma característica cultural importante do Mediterrâneo clássico. Este bilingüismo é um objeto de estudo da história social, por direito próprio, dadas as numerosas repercussões na vida greco-romana, trazendo um bom número de problemas práticos e metodológicos. O bilingüismo era, com efeito, generalizado na elite imperial, enquanto que no restante da população encontramos um multilingüismo, com centenas de línguas, posto que o grego e o latim eram característicos dos poucos que participavam dos círculos do poder nos territórios imperiais romanos. Em todo caso, porém, os autores gregos do período imperial romano conheciam e falavam o latim. Essas duas línguas estavam sempre em interação recíproca. Essencialmente, o latim era a língua da administração e da política, e o grego era a língua da cultura. As relações entre ambas eram complexas, pois, se as duas línguas eram aparentadas, suas divergências eram muito grandes.

A história de Roma nos chegou, majoritariamente, em fontes textuais de língua grega e o conhecimento moderno da história romana foi largamente tributário do olhar que tinham pessoas que, mesmo sendo em grande parte “romanizadas”, eram gregas. Temos de dar conta do passado latino com um modelo proveniente do mundo grego. Daí um triplo jogo de espelhos, entre o historiador, a língua latina e a grega. Essa visão grega de Roma, condicionada pela diferença de língua e de cultura, é distinta da imagem que os romanos tinham de si mesmos, o que demanda um esforço de tradução e de delimitação conceitual por parte do historiador.

Tal situação não tem, contudo, apenas inconvenientes. Se o intermediário grego ameaça aumentar as nossas deformações, há precauções a tomar e dificuldades das quais devemos estar conscientes. Mas o olhar de um estrangeiro pode igualmente enriquecer a nossa compreensão de uma Roma assim duplamente observada, revelando traços que muitas vezes nos escapam. Esse fenômeno que as fontes de língua grega trazem ao historiador tem, então, vantagens e desvantagens que trataremos brevemente, reduzindo nossos *exempla* a Políbio, no L. VI de suas *Histórias*

Como um escritor compreende e expressa o que compreendeu de uma sociedade estrangeira? Uma das perguntas que devemos tentar responder, ao utilizarmos um documento textual de um escritor grego sobre a sociedade romana, é como ele a via e a compreendia. Disso depende a qualidade de suas informações: até que ponto suas idéias estão influenciadas por preconceitos provenientes das relações entre Roma e o mundo grego, ou por tensões da sociedade romana propriamente dita, etc. No caso de Políbio, uma das perguntas é o quanto e em que medida a imagem que nos apresenta de Roma reflete o ponto de vista de grupos determinados, como a ordem senatorial, e.g., ou o grupo que se reunia em torno de Cipião. Os historiadores gregos posteriores eram cada vez mais ligados à elite romana, e passaram parte de suas vidas na *urbs*, não mais por força das circunstâncias, como no caso de Políbio, mas por lhes ser útil a proximidade com o poder<sup>2</sup>.

Políbio nos parece consciente da distância que o separa da língua latina, o que é denotado principalmente por seus esforços de tradução. Sua imagem de Roma é igualmente determinada por sua formação e por sua cultura. Ele recorre aos instrumentos de análise que lhe são fornecidos pela tradição grega, e é assim que naturalmente tenta interpretar o sistema político romano com categorias gregas. Consciente do fato de que as palavras não têm sentido fora do sistema complexo que é uma língua e em sua relação com o sistema institucional daqueles que falam aquela língua, Políbio muitas vezes forja palavras para tentar expressar o mais precisamente possível em grego, uma realidade romana.

---

<sup>2</sup> Referimo-nos, designadamente, à maneira como Dionísio de Halicarnasso fez eco à ideologia augustana.

A análise polibiana da constituição romana põe em evidência um dos principais problemas da visão grega de Roma: uma tendência à banalização nascida talvez de um sentimento de familiaridade. O fato só é paradoxal na aparência: as duas culturas eram próximas uma da outra, agravando, com sói acontecer, os riscos de deformação, pois a tentação de negligenciar os elementos que não são bem compreendidos ou de enquadrá-los abusivamente em um universo conhecido é aumentada. O biculturalismo corresponde aqui ao bilingüismo: entre duas línguas próximas, as interferências são numerosas e os sistemas são perigosamente parecidos.

Satisfeitas essas preliminares, devemos verificar alguns pontos como, e.g., a solidez das informações e as qualidades literárias do observador. Entramos aqui no território da tradução. A língua grega não dispunha de um vocabulário técnico imediatamente correspondente ao do latim, e as adaptações eram inevitáveis. Acrescente-se que as determinações de ordem literária aumentam as dificuldades de se encontrar um termo preciso e um equivalente possível. A história, na Grécia, era um gênero literário: repugnava ao historiador o uso de um vocabulário estritamente técnico, preferindo sacrificar a precisão à elegância. O historiador se via em uma *aporia* entre a percepção da especificidade estrangeira e a busca da elegância literária. Ele preferia também a equivalência, sempre imperfeita e que leva geralmente à supressão do que é estranho, à transposição ou à transcrição: *colonia* se transformará numa *apoikía*, malgrado as diferenças entre o fato romano e o fato grego; *consul* será *estrategós* ou *turannós*, com todas as deformações e mutilações que estas equivalências implicam. É interessante notar que, ao contrário da linguagem literária, a linguagem administrativa, tal como aparece nas inscrições, recorria muito mais freqüentemente a palavras precisas (*colonia* por *χολωνία*; *quaestor* por *χραίτωρ*).

Se o uso sistemático de equivalências na linguagem literária trazia imprecisões gritantes mesmo para o leitor grego, o historiador moderno tem necessidade freqüente do auxílio de um helenista: somente assim ele saberá, e.g., que o termo *τάγμα*, o nome utilizado para a *legio* a partir de Dionísio, designa em Políbio o *manipulus*.

Outras ambigüidades são ainda mais gritantes, pois se referiam a especificidades institucionais romanas. O emprego de um termo como *autocrator* em Políbio tende a induzir o leitor atual em erro, que geralmente não está em condições de medir o grau de exatidão do termo polibiano. Em que sentido, afinal, Políbio designa um personagem munido de poderes realmente plenos? Quando designa a noção romana muito precisa de *dictator*? Políbio parece ter tido dificuldade para circunscrever o termo, recorrendo a uma transcrição do vocábulo latino, empregando *δικτάτωρ*. Mas sua ligação com o seu gênero literário também o fez empregar simultaneamente o termo *αὐτοχράτωρ* (Pol. III, 86, 7; 87, 8-9; 103,4; IV, 2.5; 14.2; 15.2.). Resta notar que ele não dá a *αὐτοχράτωρ* o sentido que será dado por historiadores posteriores para se referir a *imperator*, o que nos cria dificuldades suplementares.

Um outro fator do qual os historiadores são, em geral, menos conscientes, vem complicar o problema. Os escritores gregos que se interessaram por Roma e tentaram compreendê-la, aprenderam o latim. Leram textos latinos e usavam esta língua com *amici* romanos. Eles eram bilíngües, e o bilingüismo traz para o indivíduo bilíngüe uma série de características particulares.

Dois sistemas lingüísticos em contato, longe de permanecerem estanques um ao outro, têm uma inevitável tendência a se interpenetrar e, no caso que nos interessa, as interferências aumentam a dificuldade de interpretar as histórias gregas da época romana. Expressões gregas, bem atestadas e conhecidas, sob a influência do latim, ganham um novo sentido. O contato com uma outra língua tende a modificar os modos de ver e entender os conceitos da língua original; os elementos de uma outra visão de mundo se infiltram na primeira e fazem aparecer novos sentidos. Muitas contradições e incoerências aparentes nas informações e relatos de Políbio podem ser explicadas pelo fato de que, se algumas procedem de postulados e conceitos de origem grega, outras são reflexos de conceitos romanos, adquiridos ao longo da permanência do escritor em Roma. Assim como as interferências lingüísticas, esses traços culturais de origem estrangeira interferem no sistema cultural do autor: daí as contradições de que ele mesmo não é consciente. O cuidado com o vocabulário, então, nunca é excessivo; devemos

renunciar à tendência tradicional de considerar um Tito Lívio, romano, como um autor parcial, e um Políbio, grego, como imparcial no trato com os temas e instituições romanas.

A mediação das fontes gregas está longe, contudo, de apresentar somente inconvenientes para a pesquisa histórica. Como em todo olhar estrangeiro, a imagem que os escritores gregos apresentaram de Roma tem um certo número de deformações. Que elas não são *a priori* iguais às nossas deformações é algo óbvio *per se* e não demanda discussões, mas podem nos fazer ter maior consciência do caráter relativo da nossa imagem de Roma; deste modo, a contribuição dos textos gregos é positiva e fértil para o estudo da história romana.

O historiador grego antigo pode, por seus interesses, escolhas e incompreensões, chamar a atenção do pesquisador moderno para os elementos particularmente específicos e representativos da civilização romana. Isto vale, especificamente, para os *Wertbegriffe*, ou conceitos constitutivos da ideologia romana: os esforços dos gregos para dar conta da realidade que institui o seu objeto, para falar dela com alguma exatidão, confirmam sua importância, revelando toda a sua especificidade. Dion Cássio, e.g., desencorajado no esforço de traduzir *auctoritas*, declara que se trata de um conceito intraduzível na língua grega (LV, 3, 5).

Encontramos, nos documentos textuais, numerosos equivalentes aproximativos que traem as inseguranças de que antigos e modernos observadores de Roma são vítimas. Para citar um caso célebre e metodologicamente perfeito para ilustrar o que afirmamos, o *πόλεμον ἀναλαμβάνειν*, que designa normalmente no grego clássico a ação de retomar, de recomeçar uma guerra, ganha em Políbio o sentido de *empreender* uma guerra, por analogia com *bellum suscipere* (I, 88, 1; VII, 13,1). Seus esforços para se aproximar, o quanto possível, graças a uma série de equivalentes sucessivos, da especificidade do termo latino são preciosos: seus titubeios são um bom guia de estudo para o pesquisador moderno. Do mesmo modo, quando ele se afasta de seu purismo literário para buscar, em vez de um equivalente, um termo mais preciso, nos revela a importância capital que o conceito em questão tem aos seus olhos. Em vez de designar, e.g., a *pietas* romana pelo termo *εὐσέβεια*, que parece, à primeira vista, ser o seu correspondente em grego, Políbio recorre a um termo que exprime com mais clareza o que lhe parecia constituir

uma das características mais particulares do sentimento religioso romano: o fato de que os romanos acreditavam nos deuses, δεισιδαιμονία, que muitos autores modernos traduziram erroneamente como “superstição”, *superstitio* (VI, 56,7).

A diglossia estava no coração do mundo greco-romano, e podemos nos perguntar especialmente pelas implicações sociais desta situação: poderíamos, a partir dessas fontes textuais, elaborar um repertório das práticas lingüísticas ligadas aos diferentes níveis sociais de comunicação? Poderíamos falar em uma ‘repartição funcional’ das línguas no Império Romano?

Para essas questões só podemos apontar, no momento, respostas incompletas. As fontes de que aqui tratamos são literárias. Certamente, são fontes riquíssimas, graças especialmente ao alto senso filológico de uma civilização que tinha na escrita um de seus momentos principais. Para o nosso universo interpretativo, a dificuldade é menor quando tratamos do grego, graças aos papiros egípcios, ao Novo Testamento e às frases em grego que emanam da correspondência de Cícero. É assim que podemos imaginar que o grego tinha uma dupla distribuição funcional: o grego era, ao mesmo tempo, a língua da elite, dos *optimates* ciceronianos, e a língua de muitos segmentos sociais do Império Romano, como os marinheiros, as prostitutas, os escravos, ao lado de diversas línguas orientais.

A mesma dificuldade encontramos no tocante à política da língua no império: os romanos oficialmente falavam em grego e faziam com que os gregos, em situações oficiais, se endereçassem a eles em latim, mesmo quando era mais cômodo usar o grego. Temos isso como certo. Quanto ao resto, nada sabemos com clareza. Não parece ter havido um esforço sistemático para impor o latim sequer à parte “ocidental” do Império. Quando vemos as elites romanas se esforçando para ligar a si os filhos dos reis e chefes vencidos da Espanha, e.g., estes aprendiam simultaneamente o grego e o latim. De fato, o latim era o objeto, em face ao grego, de uma espécie de política defensiva. Mantinha seu estatuto de língua administrativa e política (sabemos que, durante a Guerra Social, os itálicos que lutavam contra Roma tentaram impor o osco como uma língua comum), pela simples vantagem de ser uma língua veicular, papel que o grego jamais teve no Oriente. A mesma ambigüidade vemos na repartição fundamental das línguas: teria

havido uma língua comercial, comum a todo o Império? Que papel a difusão dos cultos orientais (cuja língua era sobretudo o grego) desempenhou neste processo? Como podemos ver, são muitas as questões, que nos levam a novos problemas.

Modo fundamental de trocas culturais e jogos de poder internos, a tradução é também um modo fundamental de trocas externas. De fato, a tradução, enquanto atividade participante da produção de bens simbólicos, não deve ser abordada descurando-se de uma perspectiva global desta produção em uma dada sociedade. Para este estudo, os historiadores dispõem, atualmente, de uma série de técnicas em pleno desenvolvimento, como a bibliometria, a prosopografia bio-bibliográfica dos tradutores, etc. Atualmente, poderia mesmo ser escrita uma história da expectativa do público e do sucesso das obras. Seria interessante que o lingüista e o filólogo nos dissessem que forças poderiam acrescentar a este *front*. Como medir a distância que separa dois enunciados em línguas diferentes? Essa distância tem um sentido? Onde encontrá-lo? No nível da sintaxe? Do léxico? Vemos, então, que caímos em problemas de análise que não podem ser respondidos pelo historiador. Se o historiador pode manejar os elementos pertencentes a uma sociografia da tradução, não pode sozinho analisar a operação lingüística. Daí, nos parece importante fazer uma apologia da colaboração entre a história intelectual e cultural e os especialistas da tradução, para que jamais esqueçamos do papel da língua na história, bem como do papel da história na língua.

As considerações precedentes estão longe de conseguir traçar, ou mesmo tratar de maneira suficiente, questões tão complexas. Não tivemos outra ambição que chamar a atenção sobre um caso particular da relação do historiador com a língua e a necessária colaboração entre os historiadores e os especialistas da língua e dos textos, os lingüistas e os filólogos. A maior parte dos historiadores é obrigada a penetrar em um universo cultural distinto do seu utilizando fontes escritas em língua estrangeira, ou mesmo fontes de um outro estágio da sua própria língua, o que traz problemas de tradução e interpretação; eles se deparam assim, necessariamente, com os problemas da tradução no sentido mais pleno do termo. Os historiadores de Roma têm uma dificuldade suplementar: a travessia de um duplo *écran*, o da cultura observada e o dos testemunhos dos observadores que lhes antecederam, com todos os preconceitos e todas as

deformações. Assim como as suas fontes, os historiadores de Roma devem ser bilíngües, lidando com problemas de tradução e de transculturação; mais ainda do que outros historiadores, eles têm necessidade do apoio inestimável da lingüística e da filologia.

## **BIBLIOGRAFIA**

- FITOURI, Chadly. *Bilinguisme, biculturalisme et éducation*. Paris : Delachaux, 1983.
- GARCIA DOMINGO, E. *Latinismos en la koiné*. Burgos: Colegio Universitario, 1979.
- MACKEY, W.F. *Bilinguisme et contact des langues*. Paris : Klincksieck, 1976.
- MASON, H. J. *Greek terms for Roman Institutions: A Lexicon and Analysis*. Toronto: Scholar House, 1974.
- NICOLET, C. « Polybe et les institutions romaines ». In : *Polybe* (Entretiens sur l'Antiquité Classique. Fondation Hardt, t. 20. Genève-Vandoeuvres, 1974.
- VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1984.